
LIDANDO POBREMENTE COM A POBREZA

ANÁLISE DE UMA TENDÊNCIA NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS "CARENTES" DE 0 A 6 ANOS DE IDADE

Maria Aparecida Ciavatta Franco

Do Núcleo de Estudos e
Pesquisas Sociais da
Universidade do Estado
do Rio de Janeiro

RESUMO

O trabalho teve por objetivo a apreciação de experiências alternativas quanto às características do atendimento à saúde, nutrição e educação de crianças sócio-economicamente carentes, de 0 a 6 anos de idade, e quanto aos custos econômicos desse atendimento.

É um estudo de casos. Três das experiências localizam-se em Brasília e são creches convencionais. As outras, duas são unidades do PROAPE em Recife, e uma, em Fortaleza, atende em sistema de creches lares a partir de uma creche base convencional.

Para sua caracterização utilizamos os procedimentos usuais do trabalho etnográfico. Quanto ao quadro de referência teórica de custos, utilizamos a estrutura geral dos estudos de economia da educação. É importante enfatizar a não comparabilidade linear das experiências. Sua apreciação deve passar por um cuidadoso exame das características do atendimento e dos custos das diferentes rubricas.

SUMMARY

The purpose of this work is to examine alternative experiences related to health care, feeding and education of "hand-capped" children, from 0 to six years old and also to the economic costs of these activities.

It is a study of cases. Three of three experiences are being made in Brasilia and they are regular nurseries. As for the others, two are PROAPE units in Recife and one unit in Fortaleza has a particular system of home nurseries centered on a regular base nursery.

In order to characterize this work we used regular procedures of ethnographical work. As for the theoretical cost reference chart we used the general structure of educational economy studies. It is important to emphasize that these experiences cannot be linearly compared. A careful examination of the different assistance characteristics and item costs should be made.

Este texto tem por base a pesquisa que realizamos de agosto a outubro de 1983 por solicitação do Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF e com a aprovação técnica do Centro Nacional de Recursos Humanos/CNRH.¹

Ele destina-se a facilitar a recuperação das informações básicas contidas no Relatório, para a apreciação de experiências alternativas quanto às características do atendimento à saúde, nutrição e educação a crianças sócio-economicamente carentes, de 0 a 6 anos de idade, e quanto aos custos econômicos desse atendimento.²

Pelas suas características, resente-se da explicitação do processo de trabalho de campo intensivo e dos cálculos estatísticos simples mas numerosos, que realizamos, assim como da fundamentação que orientou as opções metodológicas e as análises realizadas. Remetemos, assim, o leitor interessado em compreender o detalhamento do trabalho, ao Relatório Final apresentado ao UNICEF.

Mantivemos, ao longo deste texto o formato original do Relatório apresentando, separadamente, cada uma das experiências, antes de proceder a um confronto entre suas particularidades. Queremos enfatizar, com isso, a não comparabilidade linear das experiências, tanto em termos de custos, como em termos das características do atendimento. O valor de cada rubrica não é apenas maior ou menor em um ou em outro caso, ele representa realidades quantitativa e qualitativamente diversas, inclusive pelas características sócio-econômicas diversas das regiões onde se localizam as experiências.

Não temos um modelo ideal a apresentar. A apreciação dos custos das experiências, para fins de decisão política, deve passar antes por um cuidadoso exame dos componentes dos custos das diferentes rubricas. Eles revelam melhor, do que o conjunto dos custos, as alternativas existentes. Sua apreciação permite optar por pessoal docente qualificado ou não-qualificado, pelo número e a especialidade do pessoal técnico ou pelo tipo de instalações mais adequadas a cada orçamento.

Ressalvamos, ainda, que dada a brevidade do tempo de execução do trabalho, algumas questões, embora documentadas, deveriam ser melhor exploradas. Outras análises foram prejudicadas pela insuficiência de dados. O trabalho cumpre, entretanto, seu objetivo básico que foi identificar, numa primeira abordagem, os custos econômicos e as características do atendimento oferecido pelos programas investigados. Visa ainda salientar a questão crucial subjacente às políticas de atendimento às crianças "carentes", a minimização dos recursos investidos.

Num primeiro momento, introduzimos o tema e as questões metodológicas principais. A seguir, apresentamos cada uma das experiências investigadas e a tentativa de confronto das diferenças que as caracterizam a nível de atendimento e a nível de custos. Finalmente, nossas considerações finais sobre os aspectos que consideramos mais relevantes ao tema.

INTRODUÇÃO

A realidade é vivenciada de forma diferente quando passamos os olhos em estatísticas ou quando os números das estatísticas são os próprios sujeitos. O trabalho de campo é um aquecimento da inteligência para a compreensão mais profunda do real. É de um real marcado por imagens de pobreza, miséria, abandono, fome e esforço de superação desses problemas, que falamos aqui. Falamos a partir de pessoas e instituições, embora não possamos prescindir dos números que dão a extensão e a gravidade da situação.

É dado corrente na literatura especializada, a calamitosa situação da criança pobre brasileira. Embora de 1970 e 1977, a matrícula de crianças na pré-escola tenha mais do que dobrado, ela correspondia, em 1980, a 1.335.817 crianças ou seja, apenas 5,6% da população pré-escolar. Observando-se os dados por região, essa porcentagem é ainda mais baixa (MEC/SEEC, 1970; FIBGE, 1982).

Tanto nos programas pré-escolares propriamente ditos, como nas creches, as crianças são alimentadas durante o período de atendimento. Essa preocupação é fundamental e se justifica plenamente, se considerarmos que a desnutrição da população infantil brasileira é uma das mais altas da América Latina. Pela escala de Gomez, são 12 milhões ou 53% das crianças de 0 a 5 anos. Há ainda que se atentar para o fato que 16% dos casos são de desnutrição de 2º e 3º graus, muitos dos quais de natureza progressiva com sérias consequências para o desenvolvimento físico e mental dessas crianças (FIBGE/UNICEF, 1982).

Uma simples aproximação dos dados entre o número de crianças desnutridas e as possibilidades de minoração desse estado pelos programas de atendimento de 0 a 6 anos, tal como existem hoje, nos revela a magnitude de um problema que não se resolve no plano assistencial, ainda mais porque ele tem raízes sócio-econômicas mais amplas, o baixo poder aquisitivo das famílias, a pobreza, o abandono, a falta de saneamento básico. No entanto, a existência de programas dessa ordem impõe-se como uma exigência social, no sentido de ser direito das populações e um dever dos órgãos governamentais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo de casos de seis experiências alternativas. Para sua caracterização utilizamos os pro-

¹ FRANCO, Maria Aparecida C. *Da assistência educativa à educação assistencializada* — um estudo de caracterização e custos de atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. Brasília, UNICEF/CNRH, dezembro de 1983. Agradecemos a todos que colaboraram conosco na execução deste trabalho e se empenharam na obtenção dos dados que solicitamos. Ao colega Prof. Gaudêncio Frigotto agradecemos as valiosas discussões metodológicas.

² Ressalvamos o uso que fazemos da denominação "carente", entendendo-o no seu sentido de privação sócio-econômica básica e não de privação cultural.

cedimentos usuais do trabalho etnográfico, quais sejam, o trabalho de campo intensivo, do qual resultou o registro sistemático das informações, a gravação de algumas entrevistas, documentação fotográfica e a coleta dos documentos disponíveis.

Procuramos captar e compreender as experiências dentro de sua história, de seu contexto sócio-econômico e das relações internas e externas que pudemos perceber no breve tempo de permanência em cada instituição. Não buscamos apreender apenas os aspectos legais, normativos da instituição, mas também sua prática cotidiana.

Os limites dos objetivos imediatos do trabalho e do tempo de convivência com a realidade de cada experiência não permitem, entretanto, uma abordagem interpretativa no sentido estrito. Pudemos chegar apenas a uma cuidadosa descrição e à tentativa de integração dos pontos de vista dos informantes e do pesquisador.

Quanto ao quadro de referência teórica de custos, utilizamos a estrutura geral dos estudos de economia da educação tal como tem sido aplicada, entre nós, nos níveis tradicionais do ensino (Castro, 1972, 1980).

A noção de custos econômicos, na análise de experiências semelhantes a estas, implica na avaliação da eficiência e efetividade no uso dos fatores. Supõe a determinação do grau de utilização da capacidade instalada que pode ser medido através da verificação do uso dos recursos disponíveis, seu eventual grau de ociosidade ou subocupação e o cálculo de alguns coeficientes técnicos que expressam a relação quantitativa entre diferentes recursos ou fatores.

A proposta deste trabalho, pela determinação inicial dos órgãos que o patrocinam e pela concepção descritiva da investigação, não comporta análises de eficiência na utilização dos recursos, no sentido estrito em que a utiliza a economia da educação. Não se trata também de uma análise de custos-benefícios. Limitar-nos-emos à descrição e avaliação qualitativa das experiências investigadas e ao cálculo e análise dos custos sociais globais envolvidos no atendimento oferecido por essas instituições.

O universo de estudo da pesquisa foi constituído a partir da relação feita pelo UNICEF e o MPAS, cobrindo experiências convencionais e formas alternativas de atendimento (Araújo, 1982). A escolha dos casos atendeu aos seguintes critérios: 1) características de diversidade e contraste quanto à forma de atendimento e à dependência administrativa; 2) região geográfica (Regiões Centro-Oeste e Nordeste); 3) localização urbana periférica.

Entretanto, para facilitar sua leitura, padronizamos tanto quanto possível a coleta. Utilizamos um roteiro de coleta de dados abrangendo os seguintes aspectos: características gerais, condições físicas e materiais, os serviços prestados, a clientela, os recursos humanos, materiais de consumo e serviços de terceiros, e as fontes de recursos (Castro, 1980).

A padronização dos procedimentos aliada à consulta às fontes diretas (notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios periódicos) foi acrescida de esclarecimentos verbais sobre sua abrangência e particularidades. Isso nos permitiu assegurar um controle de qualidade das informações e confiança nos dados obtidos.

Duas dimensões compõem a unidade de custos. A primeira é sua dimensão temporal que pode ser medida em termos de horas, semanas, meses, anos ou cursos, dependendo das características do objeto de estudo. A segunda é a unidade de estudo considerada.

Trata-se de experiências que funcionam em tempo contínuo durante todo o ano. Preferimos, por isso, a unidade custo/ano, que tem ainda a vantagem de ser comparável aos valores orçamentários e ao *per capita* de manutenção.³

Quanto à unidade de estudo considerada, em vista da natureza deste estudo de casos, não se justifica outro tratamento senão o custo de atendimento medido em custo/criança. Que uma experiência, no seu conjunto seja mais cara do que outra, não nos diz muita coisa. Importa saber qual o volume de atendimento e as possibilidades de otimização da capacidade instalada de cada uma delas. E isto só pode ser avaliado se considerarmos os custos por unidade daqueles a quem se dirige o custo, no caso, basicamente, as crianças atendidas. Reunindo as duas dimensões do custo de atendimento, teremos nossos dados expressos em termos de custo por criança/ano.

A análise econômica a que nos propomos, embora seja feita com dados de contabilidade, ocupa-se não apenas dos custos contábeis, mas também dos custos sociais, aqueles que *"correspondem à idéia de acréscimo às despesas da sociedade (. . .) Implica custo para a sociedade tudo aquilo que tem uso alternativo, isto é, tudo aquilo que poderia estar tendo outra aplicação, não estivesse comprometido para a aplicação considerada."* (Castro, 1972, p. 32). Deste ponto de vista, são computados como custos os recursos da comunidade que se materializam em benfeitorias ou serviços prestados em determinadas unidades.

Quanto à composição dos custos, tanto na forma de captação dos dados, como no seu tratamento, procedemos à desagregação dos diferentes componentes em função dos interesses específicos do tema.

Do ponto de vista contábil, seria suficiente, por exemplo, saber o montante de despesas com pessoal. Do ponto de vista econômico, que tem implicações de eficiência na aplicação dos recursos, a desagregação dos custos de pessoal nos seus componentes pessoal docente, técnico e administrativo vai permitir uma avaliação do uso desses fatores no custo global, assim como apreender possíveis disfunções.

O ano de referência dos custos sociais globais, aqui apresentados, é 1983. Como a coleta de dados foi feita em meados do 2º semestre, obtivemos os custos correntes, dependendo da instituição e da rubrica, até julho, agosto, setembro ou outubro. Para o restante do ano, fizemos projeções com base nos índices oficiais.

³ Há entre as experiências uma variação de número de horas de atendimento que é de 4,8 ou 12 horas. Dada a diferenciação, não apenas do número de horas mas do atendimento em si oferecido por cada instituição, optamos por não fazer uma redução a horas.

Na projeção dos custos de mão-de-obra utilizamos os índices salariais concedidos na forma da lei em vigor no momento da pesquisa.⁴

Os custos de materiais de consumo incluem, neste estudo, uma parcela relevante, que são as despesas de alimentação. Por sua importância e por sua magnitude, eles são destacados de outras despesas como material pedagógico e de expediente, medicamentos, pequenos reparos e serviços de terceiros.⁵

Compõem também esta matriz de análise os custos arcados pela família, nos quais incluímos uniforme, materiais escolares e taxas. Dados relativos a despesas de alimentação em espécie, como é o caso das creches lares, não estão incluídos por não haver dados disponíveis sobre este aspecto. Seu levantamento supõe um desenho de pesquisa próprio para a questão.

Os cálculos de custos de capital, nos seus componentes — terreno, prédio e equipamento — são normalmente de maior complexidade. Neles se distingue o valor do capital imobilizado dos custos que imputamos ao uso deste capital num período determinado. Utilizamos, aqui, a taxa de depreciação para bens imóveis que é estimada em 4% ao ano. Combinamos essa estimativa com o número de anos de existência e o estado de conservação. Imputamos ao uso ou valor de serviço de capital imobilizado, a taxa de 10%, valor médio dos juros oficiais.

Os custos de equipamentos foram calculados a partir dos valores de reposição, através de informações diretas, notas de compras, licitações ou de estimativas de preços locais. A taxa de depreciação, estimada em 10%, foi combinada ao estado de conservação dos equipamentos, à intensidade de uso e seu número aproximado de anos de existência, conforme a data de início do programa e informações verbais dos responsáveis.

Para finalizar esta breve apresentação dos procedimentos metodológicos, salientamos nossa preocupação quanto à magnitude dos erros. Apesar de nem sempre ser possível expressá-los em valores percentuais, procuramos comentar, sempre que necessário, os limites de sua confiabilidade.

Mais do que a decisões técnicas ou financeiras, este estudo responde a questões de ordem econômica e política. Cada uma das experiências representa uma forma de resposta governamental, institucional e comunitária aos gravíssimos problemas de desnutrição e pobreza que afetam *“12 milhões de crianças brasileiras entre 1 e 5 anos de idade, ou seja, 53% delas.”* (FIBGE/UNICEF, 1982, p. 7).

Pelo seu formato e metodologia, ele pode oferecer subsídios para uma reflexão sobre as alternativas das formas de atendimento assistencial e educativo a essas crianças, considerando-se a grandeza dos custos envolvidos e dos recursos públicos disponíveis.

AS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS

“Uma das coisas que a gente não vai deixar de lutar é para que o poder público dê o seu quinhão de ajuda, que é uma obrigação que ele tem.”⁶

Três delas localizam-se em Brasília, na Região Centro-Oeste, região escolhida por suas características de

desenvolvimento sócio-econômico superior à Região Nordeste, onde se localizam as outras três experiências, duas em Recife e uma em Fortaleza.

As primeiras a serem apresentadas mantêm turmas em regime de 4 horas diárias. A primeira delas, a Creche Casulo N. Sra. da Glória, localiza-se em Ceilândia, cidade satélite de Brasília. É uma creche CASULO de características modestas, mantida por uma obra social da Igreja e conveniada com a Legião Brasileira de Assistência/LBA. As outras duas, também com atendimento de 4 horas, localizam-se em Recife, funcionam nas dependências de escolas, uma do Estado e outra do Município, são experiências do Programa de Atendimento ao Pré-Escolar/PROAPE, um modelo alternativo de educação pré-primária.

As três últimas atendem em regime de 11 a 12 horas. De características também modestas, é a Creche Comunitária do Varjão localizada em Brasília e construída e mantida com recursos comuns da LBA e dos pais das crianças.

A mais bem equipada, a Creche Casulo do Centro Social do Gama, cidade satélite de Brasília, é de manutenção direta da LBA, segue o formato convencional e tem características de qualidade do melhor atendimento pré-escolar.

Finalmente, as Creches Lares do Mucuripe, em Fortaleza, seguem um modelo alternativo de atendimento a crianças carentes e funcionam tendo como base de apoio a Creche do Mucuripe, de formato convencional, com instalações e serviços semelhantes à Creche do Gama.

A Creche Casulo N. Sra. da Glória — Comida e Convivência

Ceilândia é a maior concentração demográfica do Distrito Federal. Já em 1979, 32,6% dos habitantes tinham entre 0 e 9 anos. A mortalidade infantil era da ordem de 13,6%, conforme dados de 1980/81, (GDF/FSS, s/d).

Um breve levantamento em 1983 de uma amostra aleatória de 20% das 281 crianças que se matricularam este ano na creche mostra que o salário médio do pai é, aproximadamente, Cr\$ 48.000,00; 10% não constam como responsáveis, 24% não declaram a profissão (alguns aposentados e os demais, presume-se, biscateiros), os demais distribuem-se por profissões manuais e pequenos comerciantes; em relação às mães, 25% delas trabalham fora.

4 Decreto-Lei nº 2045, de julho de 1983.

5 Para as despesas de materiais de consumo e alimentação que sofrem uma maior variação dos preços de mercado, utilizamos o Índice Geral de Preços (IGP), exceto para pequenos reparos, onde aplicamos o INPC, já que seu maior componente costuma ser a mão-de-obra. Para os serviços de terceiros, utilizamos os índices oficiais previstos ou o percentual médio de aumento no ano, até a data da pesquisa.

6 Depoimento de uma mãe, Sônia Rainho, durante o Encontro Nacional de Creches. Creche. *Suplemento dos Cadernos de Pesquisa* (43) São Paulo, novembro de 1982, p. 18.

A Creche N. Sra. da Glória que mantém 6 turmas de 240 crianças em regime de 4 horas. O Convênio com a LBA proporciona o repasse de um per capita anual de Cr\$ 15.000,00 pelo atendimento de 4 horas, para despesas de alimentação e, até 20%, para outras despesas de consumo. A Creche recebe também alimentos de Fundação de Assistência ao Educando/FAE, doações da comunidade e dispõe de pequena produção da horta cultivada pela instituição.

A Creche funciona em três salas que são utilizadas em dois turnos. Mobiliadas com simplicidade, mesinhas e cadeiras já desgastadas, necessitando pintura.

A Igreja é um grande salão de uso alternativo para atividades religiosas, reuniões paroquiais diversas, reuniões de mães das crianças da Creche e atividades assistenciais. O uso múltiplo dos espaços, de equipamentos e de pessoal constituem um fator de otimização dos recursos. Procurando obter uma correta atribuição de custos ao funcionamento da creche, utilizamos diferentes formas de rateio de acordo com a ocupação e as atribuições do pessoal.

O aspecto alimentar assume importância fundamental no atendimento da Creche Casulo N. Sra. da Glória. De acordo com os responsáveis, muitas crianças vêm à Creche, reconhecidamente, para comer. A alimentação é modesta. As crianças recebem uma refeição pequena (tipo leite com chocolate, biscoitos, mingau) logo que chegam, uma refeição maior, composta de um só prato como feijão com carne, com legumes, macarrão), antes de sair.

A creche não dispõe de nenhum recurso próprio para atendimento à saúde. Não há exame médico prévio, nem exigência de vacinas da idade, para a matrícula. Os atendimentos de emergência são feitos no Posto de Saúde local.

O trabalho pedagógico, no sentido estrito, é muito simples. As monitoras, jovens com escolaridade de 2º grau, limitam-se a tratar as crianças com atenção e carinho. Ensinam-lhe hábitos de higiene e de convivência, como cumprimentar em coro os visitantes, aguardar sentados a merenda, dividir os modestos materiais para atividades criativas, lavar as mãos. O Diretor reforça a educação moral e religiosa.

Não se pode minimizar a importância que este trabalho simples pode estar representando para essas crianças. Há um trabalho de socialização que é feito efetivamente. cremos que a formação pedagógica básica das monitoras deva ser um objetivo a ser seriamente perseguido para um melhor atendimento educacional.

Seus custos sociais globais denotam a limitação dos recursos físicos e humanos. Proporcionalmente, o item mais caro é a alimentação que alcança Cr\$ 14.318,00 por criança/ano, 31,4% do total, conforme mostra a Tabela 1, em anexo. Praticamente o mesmo valor dos custos de mão-de-obra que, neste caso, são de Cr\$ 14.833,00 por criança/ano. Isso se explica pela substituição de professoras com formação de estudos pré-escolares por monitoras com formação de 2º grau. Os custos de mão-de-obra técnica e administrativa também são modestos e correspondem à simplicidade do processo.

Os custos sociais globais da experiência correspondem a pouco mais de um salário mínimo regional. Man-

tendo-se apenas os custos correntes, eles correspondem a quase exatamente um salário mínimo.

O PROAPE da Escola Clotilde de Oliveira

*"O PROAPE da gente é o menino na terra, no contato mesmo com a natureza."*⁷

Divulgado no Brasil e em outros países da América Latina, o PROAPE teve origem com o trabalho de Yaro Gandra que criou em São Paulo, em 1972, o Centro de Educação e Alimentação Pré-Escolar/CEAPE, que buscava atender, com menores custos, a um maior número de crianças pré-escolares no aspecto nutricional e na área psicopedagógica. As turmas são organizadas com 100 crianças e uma professora com a ajuda diária de 5 mães, em sistema de rodízio, 2 dias por mês cada uma.

A escassez de jardins de infância, os altos índices de evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau entre as crianças sócio-economicamente carentes e a magnitude do problema continuam representando um desafio e fator de mobilização de administradores e educadores na busca de alternativas de ensino adequadas a esta problemática. O PROAPE é uma resposta a estes problemas e uma proposta de trabalho que tem se mostrado eficaz.

Em Recife, onde se localiza a experiência que estamos focalizando, o Programa se beneficiou de um clima de entusiasmo e pesquisa criado por uma série de iniciativas de educação pré-escolar desenvolvidas a partir de 1976.

No bairro em que se localiza a escola onde funciona este PROAPE, os locais de morro, ocupados por uma maioria de famílias de mais baixa renda, ressentem-se de toda falta de estrutura básica que caracteriza as áreas de favela: predomínio de habitação de taipa, deficiências de água, esgoto e iluminação. Nas disputadas vagas do PROAPE, têm preferência os que já tem irmão na Clotilde de Oliveira e os mais carentes.

É uma escola antiga e modesta. Tem um total de 2.238 alunos de 1º e 2º graus e 214 crianças de 4 a 6 anos, do PROAPE, que funciona com 2 turmas, por um período de 4 horas cada um. O PROAPE funciona modestamente, nos espaços disponíveis com o apoio técnico e administrativo local.

As crianças recebem uma suplementação alimentar de 500 calorias e 14 gramas de proteínas, orientação psicopedagógica e serviços simples de saúde com a colaboração diária de 4 mães, em média, que são escaladas mensalmente e recebem treinamento periódico.

Além de atender ao aspecto educacional, busca-se com um mínimo de custos e um máximo de aproveitamento de sucata e de situações de vida, proporcionar à criança oportunidade de socialização, de desenvolvimento psico-motor e de linguagem, necessários ao processo de escolarização. Professoras experientes e dedicadas organizam o trabalho diário de modo a dividir a turma em

⁷ Entrevista no local, com a Diretora Juvanete M. Bazanti.

grupos que seguem um rodízio de atividades orientadas pela professora ou por uma ou duas mães.

Esta experiência tem baixos custos sociais globais e por parcelas (ver Tabela 1, em anexo). Cumpre, assim, o objetivo de minimizar os custos, proposto para sua operacionalização. Operando com professoras formadas a nível de 2º grau e, no caso em análise, com bom preparo pedagógico e experiência, os custos de pessoal docente são baixos, Cr\$ 10.593,00 por criança/ano, para um atendimento, em linhas gerais, satisfatório. Sendo um programa tecnicamente equacionado, necessita de um mínimo de mão-de-obra especializada.⁸

Os custos de mão de obra representam, aproximadamente, 53% do total dos custos sociais. A maior despesa, a seguir, são os custos de alimentação. Em números absolutos, os custos de alimentação quase equivalem ao de mão-de-obra docente, Cr\$ 9.969,00 e Cr\$ 10.593,00 criança/ano, respectivamente.

Os custos sociais de capital são reduzidos pela otimização da utilização do espaço, como é próprio ao PROAPE.

Em resumo, os custos sociais globais criança/ano correspondem a pouco mais de um salário mínimo regional e os custos correntes a menos de um salário mínimo. Supondo-se que alguma rubrica possa ter sido subestimada face às dificuldades inerentes à utilização dos índices econômicos na atualidade, pode-se admitir um erro de 25 a 5% ou, quando muito, 10%, tendo em vista os cuidados que tivemos na coleta e no tratamento dos dados. Os custos sociais globais seriam, assim mesmo, modestos pelos seus baixos valores em números absolutos, principalmente, tendo-se em vista os objetivos educacionais alcançados.

O PROAPE da Escola Maria de Sampaio Lucena

O bairro distante de Iburá, onde se localiza esta unidade, abriga uma população característica da Região Metropolitana do Recife. Concentra-se nas atividades terciárias e ostenta níveis altos de desemprego e subemprego; 32% ganha menos de um salário mínimo regional e 73% ganha menos de 4 salários mínimos. (PCR/URB, 1981).

Trata-se de uma escola modesta, com quase 20 anos de existência, 1.758 alunos de 1º grau até a 8ª série e 176 alunos do PROAPE que funciona com 2 turmas em regime de 4 horas.

O levantamento breve que fizemos com uma amostra aleatória de, aproximadamente, 30% das fichas das crianças matriculadas em 1983, mostrou um salário médio familiar de Cr\$ 38.000,00, o que correspondia a menos de dois salários mínimos da época (março/83) e, em média, 4 a 5 filhos. A quase totalidade dos pais era composta por trabalhadores manuais (pedreiros, motoristas, vigias, serventes) e as mães, de profissão doméstica.

O prédio é murado, extenso, composto de dois pavilhões maiores interligados por uma grande área coberta, onde funciona o PROAPE. A parte externa que serve de área de recreação para as turmas do PROAPE, é também de uso alternativo para os demais alunos.

O mobiliário de uso do PROAPE é restrito: 12 mesas de fibra e estrutura de ferro, 60 cadeiras combinando

e um armário de duas portas para a professora.

Como no PROAPE apresentado anteriormente, não há nenhum controle especial dos aspectos nutricionais. Os problemas de saúde são resolvidos no Posto de Saúde.

Observe-se, entretanto, que as professoras, em exercício, são qualificadas em curso de formação para o magistério e receberam treinamento nas atividades do PROAPE. A ajuda das mães, três em média, representa também um consistente apoio ao trabalho com as turmas que são de quase 90 crianças.

Os custos sociais globais por criança/ano, deste PROAPE, são, ao seu conjunto, também pouco superiores a um salário mínimo regional. Ela é apenas 12% mais cara do que a experiência anterior (ver Tabela 1, em anexo).⁹

Seus custos diferem, principalmente, no que diz respeito à mão-de-obra. Na Escola Maria Sampaio, os custos de pessoal representam 80% dos custos sociais globais, cabendo, em parcelas, 37% aos custos de mão-de-obra docente, 29% aos custos de pessoal administrativo e os restantes 14% aos custos de pessoal técnico. Os custos mais altos com pessoal docente se devem ao número menor de alunos neste caso. Quanto ao pessoal administrativo, além deste fator, nesta experiência, a infraestrutura de apoio é maior e inclui parte dos custos com pessoal de cozinha, serviços gerais e vigilância.

Os custos de alimentação são muito baixos, Cr\$ 3.898,00 por criança/ano, o que deve ser, em parte, consequência da ausência de despesas com merenda durante os três primeiros meses do ano quando faltou a alimentação do PROAPE.

Observa-se que os custos sociais propriamente ditos, os custos de capital e os arcados pela família, somam apenas 6,4% do total dos custos sociais globais.

A Creche Comunitária do Varjão

*"Uma coisa muito necessária para as mães."*¹⁰

Semelhante a várias "invasões" localizadas no Distrito Federal, a do Varjão surgiu e se ampliou como uma alternativa habitacional de uma parcela da população de pobres e de desempregados (MPAS/LBA/SDF, s/d). O Varjão se situa no Setor das Mansões do Lago Norte, área de grande valorização imobiliária.

Os barracos são modestos, alguns paupérrimos. A comunidade não dispõe de luz elétrica nem de saneamento básico. A água provém dos poços e de uma mina d'água que abastece grande número de famílias. Estima-se que já existem pelos menos 400 barracos e uma população em torno de 1800 habitantes.

⁸ Nossos dados não incluem despesas específicas com o treinamento de mães. Consideramos apenas, como custo das experiências, as horas médias mensais de atividades da supervisora regional, que estão previstas para este PROAPE.

⁹ O salário mínimo regional no momento da pesquisa era de Cr\$ 34.776,00

¹⁰ Entrevista com D. Maria da Glória Gonçalves.

Predominam as profissões manuais domésticas, como jardineiros, pedreiros, faxineiros, empregadas domésticas, lavadeiras. A renda familiar oscila de 1 a 3 salários mínimos. As crianças são especialmente afetadas por esse quadro de pobreza e, conseqüentemente, desnutrição e doenças, principalmente infecciosas, causadas pela ausência de saneamento.

A atuação do núcleo de voluntárias, apoiado pela Igreja, pela Prefeitura da área e pela Divisão de Serviço Social da LBA, propiciou condições de organização da comunidade para a criação de uma creche, a Creche Comunitária do Varjão. Ela tem por objetivos: 1) liberar as mães para o trabalho, propiciando o aumento da renda familiar; 2) minimizar os custos da LBA e 3) dar oportunidade da criança ser atendida nas suas necessidades básicas num contexto não diferente da sua realidade.

A LBA forneceu todo o material de construção e, aos moradores, em regime de mutirão, coube construir nos fins de semana, em onze meses de trabalho, a casa de madeira onde funciona a creche. Inaugurada em março último, é de grande simplicidade a pequena construção de 96 m². Os pais continuam a colaborar com a mão-de-obra de manutenção do prédio.

A Creche do Varjão atendia, no momento da pesquisa, 71 crianças, de 3 meses a 6 anos, dando-se prioridade ao atendimento de crianças cujas mães já exercem atividades remuneradas ou têm perspectiva de se engajar no mercado de trabalho. A LBA estipulou a cobrança de uma taxa equivalente a 4,5% do salário mínimo, por criança.¹¹

Esses recursos destinam-se a pagar as mães que se ocupam da creche fazendo o trabalho de cozinha e da limpeza e lavanderia. Seu papel é fundamental ao bom andamento da creche, porque, não tendo a creche um núcleo administrativo propriamente dito, elas permanecem, oficialmente, 11 horas no local, de 8 às 18 horas que é o horário de funcionamento. Na prática, o horário vai até a hora da chegada das mães, do trabalho. A Assistente Social responsável pelo Projeto, cabe as tarefas de supervisão da Creche e organização da comunidade.

O cuidado de rotina das crianças é feito pelas duas estagiárias de 2º grau, contratadas uma para o berçário e outra para os maiores. No berçário, são os cuidados de higiene e a alimentação, a observação do estado de saúde das crianças. Com as demais, ajudá-las a adquirir hábitos de higiene, portar-se bem na hora da comida, saber esperar e supervisionar as brincadeiras ao ar livre, que constituem a principal atividade.

Não observamos trabalho pedagógico no seu sentido estrito de educação pré-escolar. Tem havido na Creche, desde sua instalação, uma rotatividade muito grande das estagiárias o que, certamente, dá descontinuidade a qualquer tentativa de instruí-las na atividade educacional.

A simplicidade do dia-a-dia na Creche do Varjão deve ser de grande importância para as crianças que a frequentam e passam a desfrutar de alimentação permanente, abundante e bem cuidada. As crianças recebem quatro refeições por dia. Há dois cardápios semanais, alternativos, incluindo alimentos variados (carnes, massas, legumes, verduras, aiém de arroz e feijão e formulados).

Os cardápios que orientam a alimentação das crianças foram preparados pela nutricionista da LBA. Mas não

há visitas regulares da nutricionista às creches conveniadas ou comunitárias como esta.

O estado de nutrição da criança é constatado pela médica da LBA no exame clínico inicial. A saúde é que merece maior atenção na Creche do Varjão. A LBA mantém uma médica em regime diário de 4 horas de trabalho, a partir de abril último. Há também a colaboração da UnB no controle parasitológico. Os problemas de diarreia são freqüentes nas crianças menores, principalmente às segundas-feiras, depois do fim-de-semana em casa.

Como se pode apreender do relato apresentado, trata-se de uma experiência bastante modesta nas suas instalações, onde se destacam o sentido social do empreendimento, uma necessidade da comunidade, e o atendimento mais cuidadoso em dois aspectos, a alimentação e a saúde.

Os custos de uma boa e variada alimentação representam 23,4% do total dos custos sociais e 96,7% da rubrica material de consumo. Os restantes 3,3% se referem a material de limpeza já que os reparos são feitos por colaboração dos pais e não pudemos estimar o seu valor corrente.

O atendimento médico representa, em termos de custos, aproximadamente, 1/3 ou 36,4% dos custos de pessoal técnico. Os 56,6% são relativos ao trabalho da assistente social e da pedagoga. No conjunto, os custos com pessoal técnico são elevados e absorvem 82,2% dos custos de pessoal.

Os custos arcados pela família, Cr\$ 15.211,00 por criança/ano, podem ser considerados altos como veremos adiante, se comparados às demais exigências.

Os custos sociais globais da criança/ano atendida pela Creche do Varjão é de Cr\$ 220.288,00 o que corresponde a 6,3 salários mínimos regionais em vigor no momento da pesquisa, custos relativamente altos tendo em vista as características da experiência.

A Creche Casulo do Centro Social do Gama — o que é do Estado é melhor.

“Que a Creche não fosse um depósito de crianças, que a criança não viesse só para dormir, comer, tomar banho e assistir televisão.”¹²

O Gama é identificado como “cidade dormitório”. O mercado de trabalho é restrito e a maior parte da população ativa se desloca para o Plano Piloto; 85% dessa população ganha entre 0 e 3 salários mínimos. Quanto à habitação, 61% residem em barracos e menos de 40% em casas de alvenaria. Ocorre ainda a ocupação de lotes onde residem 1 a 3 famílias, o que denota grande carência sócio-econômica (GDF/FSS, s/d).

O Gama é um dos centros sociais da LBA mais antigos do Distrito Federal. Ele foi implantado em 1965,

¹¹ Em maio isso importava em Cr\$ 1.564,90 mensais. A contribuição de dezembro era de Cr\$ 2.000,00.

¹² Entrevista com a Diretora da Creche, Prof. Lilian M.R. Ribeiro.

tendo, por objetivo, o atendimento básico à família. Em 1976 o centro foi reativado e criou-se a Creche Casulo onde, hoje, 176 crianças são atendidas em regime de 12 horas diárias.

Dados dos prontuários das crianças matriculadas no 1º semestre de 82 mostram que, de um total de 98 mães, 44% recebem menos de 1 salário mínimo, 53% de 1 a 2 salários e apenas 3% recebe mais de 2 salários. Do ponto de vista de sua contribuição à renda da família, dos 95% das mães que trabalham, 2/3 são arrimo de família (não tem companheiro ou ele não ajuda nas despesas). Quanto à atividade profissional, há 62% de diaristas.

Tendo em vista um dos objetivos básicos da Creche Casulo, liberar a mãe para o trabalho com vistas ao aumento da renda familiar, o Centro admite as crianças tendo como critérios, além da idade, a carência, o fato da mãe trabalhar fora e ter irmão na creche. A assistente social realiza também um trabalho regular reunindo as mães das crianças.

Além da Creche, o Centro tem outros serviços para o atendimento à comunidade.

O complexo de prédios que compõem o Centro Social do Gama é agradável e bem cuidado. Dentro dos limites do tempo de observação que a pesquisa nos permitiu, vimos tratar-se de um equipamento social complexo e bem orientado. É possível dizer-se que, em termos de atendimento pré-escolar, as crianças da creche recebem o que há de melhor. Há intensa demanda de vagas.

O trabalho educacional é planejado em equipe e supervisionado na sua execução. Isso assegura que o tempo dispendido pela criança nas dependências da creche, lhe proporcione o abrigo, a proteção física, os cuidados com a saúde e a alimentação e também seu desenvolvimento físico e mental ao nível da educação pré-escolar.

Quanto ao berçário, não observamos estimulação essencial sistemática. No entanto, no seu sentido mais abrangente, enquanto atenção, consolo e manipulação do bebê, o simples suprir de suas necessidades básicas de alimentação e higiene se constituem em oportunidades de estimulação essencial.¹³

Entretanto, no conjunto e, no que toca ao atendimento às demais idades, o trabalho educacional tem indicadores de boa qualidade, onde a prática é facilitada por um ambiente bem preparado.

As crianças da Creche Casulo do Gama, recebem o atendimento que seria desejável a todas as outras crianças em condições sócio-econômicas similares. Isto não só quanto à conjugação dos diferentes recursos, como quanto à qualidade do atendimento em relação a cada um deles. Sua alimentação é abundante e balanceada. Os alimentos são variados ao longo das quatro refeições que recebem. Os cardápios são os mesmos para todas as creches de manutenção direta da LBA. É uma alimentação mais rica, inclui sucos e sobremesas.

As condições de nutrição são diagnosticadas ao primeiro exame médico que é feito regularmente no Posto de Saúde local ou pela Pediatria do Centro Social. Se for constatado algum grau de desnutrição é estabelecido um programa de recuperação e a criança recebe uma

complementação alimentar de leite em pó. No momento da pesquisa, 18 das 30 crianças do berçário (até 2 anos) eram assim atendidas.

O acompanhamento médico implica também o cuidado com as verminoses e o controle das vacinas da idade. A criança passa ainda por um exame odontológico. É feito o trabalho preventivo de aplicações de flúor e extração, e tratamento de cáries, se for o caso.

Quanto aos custos sociais globais, eles são elevados e se justificam pela complexidade e qualidade do atendimento dispensado à criança. O uso alternativo dos espaços técnicos e administrativos representa uma racionalização dos recursos do ponto de vista dos custos econômicos das atividades que ali funcionam.

A rubrica de maior peso nos custos de pessoal se refere aos docentes (monitoras, recreadoras e estagiárias), num total de 20 pessoas, o que dá uma relação docente/criança de aproximadamente 9. Os custos de mão-de-obra docente são de Cr\$ 108.860,00 por criança/ano o que representa quase 51% do total dos custos de pessoal. A mão-de-obra técnica embora seja relativamente abundante e especializada, por força de seu aproveitamento em outros programas do Centro, representa apenas 22% desse total.

Os custos sociais globais por criança/ano, da Creche Casulo do Gama correspondem a 10,7 salários mínimos regionais. Embora estejam bem acima dos valores encontrados nas experiências anteriormente analisadas, eles se explicam pelas características gerais do atendimento, conforme salientamos no decorrer desta apresentação.

As Creches Lares do Mucuripe — lidando pobremente com a pobreza

*Ou quando a desnutrição atinge os tristes limites em que os ossos palpáveis sobre a pele são a forma de um corpo de criança tão frágil, que só mesmo uma rede de pano sobre o berço lhe dá acomodação.*¹⁴

Pesquisas realizadas em 1980 indicavam que havia, na cidade de Fortaleza, 182 favelas, quase 60 mil famílias, aproximadamente 296 mil pessoas ocupando habitações subnormais (Spissrits, 1983). Para lá converge a população migrante do interior que, sem condições de ser absorvida no mercado formal de trabalho, fica marginalizada e sem condições de acesso aos bens e serviços básicos que a sociedade oferece.

A experiência que analisamos, em Fortaleza, situa-se no bairro do Mucuripe que possui vários núcleos de favelas, em partes, já reurbanizadas em dois conjuntos residenciais. As áreas apresentam carência de condições físicas e ambientais pela precariedade das habitações, falta de infra-estrutura básica de luz, água e saneamento, baixo nível de renda, escolaridade e higiene. Quanto à

¹³ A Direção salientou a dificuldade de operacionalização desse objetivo devido "à quantidade e qualidade do pessoal (monitoras) engajadas no Projeto."

¹⁴ Observação in loco.

situação da renda, o quadro não é diferente de outras populações faveladas: 76% das famílias estão abaixo de 3 salários mínimos regionais, 47% abaixo de 2 salários e 11% não chegam a auferir 1 salário mínimo (PROAPA/CEPSE, 1982).

Buscando realizar o atendimento ao expressivo número de menores carentes na faixa de 0 a 6 anos, a Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará/FEBEMCE, implantou o Programa Creche Lar com o aproveitamento de equipamentos sociais já existentes, as creches convencionais, que funcionam como base de apoio a todas as ações a serem empreendidas nas creches lares. (FEBEMCE/DT, 1983).¹⁵

A idéia básica desta modalidade de creche é aproveitar a sistemática de ajuda mútua entre as mães nas comunidades periféricas onde, as que ficam em casa, mediante uma troca de favores ou pequena remuneração, cuidam dos filhos das mães que trabalham fora.

Na sistematização do Programa as mães "guardadeiras" ou "mães crecheiras" ou "mães substitutas", conforme o tratamento dado pela FEBEMCE, recebem um pequeno per capita em dinheiro, por cada criança acolhida em sua residência, no período de jornada de trabalho da "mãe natural", livre das despesas de manutenção que são cobertas por alimentos in natura pela mãe natural ou pela FEBEMCE, em casos de comprovada necessidade.¹⁶ A cada mãe substituta é delegada a responsabilidade da guarda de uma a três crianças, ou o máximo de seis, incluindo as suas.

O projeto visa: 1) facilitar à mãe natural desenvolver atividades remuneradas fora do lar; 2) permitir à mãe substituta aproveitar sua função de dona de casa em benefício de menores e aumentar com isso a renda doméstica; 3) minimizar os problemas das comunidades de baixa renda a um custo operacional bem inferior.

No total, a FEBEMCE atende em Fortaleza, 2496 crianças, das quais, aproximadamente, 30% (776) em sistema de creche convencional e 70% (1720 crianças) em creches lares. A primeira característica das creches lares que ressalta ao pesquisador, é seu potencial multiplicador, a partir da existência de uma creche convencional ou de um núcleo coordenador.

O estudo de caracterização e custos da experiência das creches lares, no bairro de Mucuripe, nos exigiu o conhecimento completo das instalações e funcionamento da creche convencional que lhes serve de base. Instalações, mão-de-obra e serviços atendem aos dois sistemas simultaneamente.

Situado num terreno de 4000m², o prédio, em construção de boa qualidade, tem áreas para uso próprio das crianças da creche convencional e dependência técnico-administrativas e áreas destinadas aos serviços comuns à creche convencional e às creches lares.

Em contraste, outra é a aparência destas últimas. Barracos ou pequenas casas, são todas muito pobres, algumas ao nível da miséria. Mas as famílias são integradas ao sistema, independente de seu nível de pobreza, desde que seja oferecido à criança um ambiente moral sadio e condições mínimas de higiene para os padrões locais.

As informações que pudemos colher no local e mesmo o acompanhamento da equipe da FEBEMCE,

até o momento, não fornece dados seguros para se conhecer que alimentos e em que quantidade as mães naturais levam para uso de seus filhos. As declarações são vagas, imprecisas. Mas sabe-se que a dieta alimentar das famílias é deficiente do ponto de vista nutricional. Esse fato tem sido evidenciado pelo impasse a que tem chegado muitas mães que se vêem impossibilitadas de deixar a criança com a "mãe substituta" por não ter recursos para dar a alimentação para o filho. Esta, por sua vez, embora predomine a atitude de solidariedade, de dividir o pouco que tem com as crianças sob sua responsabilidade, está quase sempre no limite inferior das condições mínimas de sobrevivência e não tem alimentos para dar a outras crianças, além das suas que, nem sempre, têm o suficiente.¹⁷

O projeto de creches lares prevê o acompanhamento sistemático da mãe substituta para instruí-la e acompanhá-la nos cuidados dispensados às crianças e no compromisso de trazê-las à Creche para as consultas médicas, para o controle nutricional, de vacinas, de parasitos e para o tratamento odontológico.

O setor de assistência social realiza reuniões periódicas com as mães substitutas e com as mães naturais. Paralelamente, desenvolvem-se os grupos de socialização das crianças das creches lares, que vindo à creche com as mães, são entretidas com jogos, atividades criativas em geral.

A carência alimentar e a desnutrição destacam-se como questões permanentes. São freqüentes os casos de desnutrição do 1º, 2º e 3º graus. A partir de maio tem sido feito um acompanhamento regular dos casos de desnutrição. Nos seus níveis mais graves, a criança é transferida da creche lar para a creche convencional. Nos casos menos graves, a mãe é chamada a trazer a criança semanal ou quinzenalmente para a pesagem e para receber a complementação alimentar. Os resultados obtidos até a época da pesquisa indicam alguns casos de recuperação.

Na creche convencional as crianças recebem alimentação abundante e balanceada, sob a supervisão de uma nutricionista. Em três salas e duas áreas cobertas externas são atendidas 182 crianças em 8 turmas. O atendimento é feito procurando otimizar a ocupação dos espaços disponíveis. As turmas se revezam na ocupação das salas de aula e do pátio onde se realiza a recreação livre ou dirigida, o repouso e as refeições.

O trabalho pedagógico propriamente dito dispõe de recursos modestos, mas é planejado e bem orientado

¹⁵ No Ceará o atendimento se estende a crianças de 0 a 9 anos.

¹⁶ O valor do *per capita*, em setembro/83 era de Cr\$ 2.177,00 mensais.

¹⁷ Mas é possível calcular o que deveriam levar. No 2º semestre de 1983, a FEBEMCE estava conseguindo recursos suplementares da ordem de Cr\$ 84.000.000,00 para um programa alimentar que visa atender os menores engajados no projeto creche lar, os menores filhos das mães substitutas do projeto e menores procedentes de famílias carentes (desemprego comprovado, menor renda, migrantes, desnutridos de 2º e 3º graus, doentes necessitando de assistência especial). Esse atendimento virá também melhorar, indiretamente, a irrisória quantia do *per capita* de Cr\$ 1.277,00 mensais que são pagos à mãe substituta. (FEBEMCE/DT, 1983).

em linhas gerais. Atuam, nas salas, professoras com curso de formação pedagógica a nível de 2º grau. São auxiliadas, nas atividades ao ar livre, por assistentes de menores (babás), com escolaridade de 1º grau, que atendem também nos berçários. A supervisão pedagógica é geral e atende ao conjunto das creches convencionais.

A convivência dos dois modelos, creche convencional e creches lares, a partir de uma mesma infra-estrutura de origem, representa, antes de tudo, uma otimização dos recursos. Em outras palavras, é possível atender 460 crianças nas creches lares com um custo total de Cr\$ 94.691,00 por criança/ano, ou seja, menos de 25% do valor dos custos sociais globais, Cr\$ 398.661,00 por criança/ano, atendendo 182 crianças na creche convencional (ver Tabela 1, em anexo).

Esses dados são animadores quanto ao sistema das creches lares, mas cabe aqui uma observação. Do ponto de vista de custos propriamente esses valores não incluem os custos de capital das dependências utilizadas para abrigo e atendimento à criança durante a jornada diária. Por se tratar de residências, pelas próprias condições de "contrato" da mãe substituta, o assunto revela-se complexo do ponto de vista econômico. Há na utilização dessas dependências um custo social que não se materializa em custo direto para o Estado e significa um barateamento dos custos correntes da experiência. O mesmo ocorre com a questão da alimentação, na medida em que são as mães naturais que devem prover a alimentação para os filhos no período de atendimento na creche lar.

No que se refere aos custos de capital, eles expressam as particularidades de cada um dos formatos. Observamos, na creche convencional, a valorização do terreno, o prédio de construção recente e de bom padrão, os equipamentos de boa qualidade e especializados, como os gabinetes médico e dentário. Quanto às creches lares, os custos de capital dizem respeito apenas às áreas de uso comum com a creche convencional.

Os custos de pessoal representam a maior parcela dos custos sociais globais, 75% ou Cr\$ 298.872,00 por criança/ano na creche convencional. Esse valor, relativamente alto se explica pela abundância de recursos humanos docentes, técnicos e administrativos. Quanto às creches lares, os custos de pessoal são de Cr\$ 88.505,00, ou seja, menos de 30% dos custos de mão-de-obra da creche convencional. Eles constituem 90% dos custos sociais globais, o que se explica pelos custos mínimos das demais rubricas, por força do próprio sistema de atendimento.

Os custos de alimentação são de Cr\$ 46.177,00 por criança/ano na creche convencional e de Cr\$ 3.383,00 em relação às creches lares.¹⁸ Nestas últimas, o valor obtido refere-se ao reforço alimentar dado às crianças com problemas de desnutrição, o que só foi sistematicamente controlado e registrado a partir de maio.

Finalizando, ressaltando-se a inadequação de uma comparação no sentido linear, os custos sociais globais da creche convencional correspondem a 13 salários mínimos regionais, enquanto os custos da creche lar, representam apenas 3 salários. Do ponto de vista de custos e de viabilidade, o sistema de creches lares se apre-

senta com grande potencial de expansão. Resta apenas que sejam corrigidas suas distorções fundamentais.

A primeira delas, conforme observamos acima, é a questão da alimentação das crianças das creches lares. A segunda diz respeito à baixa remuneração recebida pelas mães substitutas. Este é, talvez, o aspecto mais controvertido das creches lares por suas características de subemprego da mão-de-obra feminina. A alegação de que se trata de pessoas que não teriam outra ocupação mais bem remunerada não satisfaz, salvo como alternativa duvidosa de utilização de mão-de-obra de mulheres já sacrificadas pelo baixo nível de subsistência.

Quando à indicação de um ou outro sistema, creche lar ou creche convencional, valemo-nos do trabalho realizado pela equipe da OMEP (Mamed, 1983), segundo o qual *as creches domiciliares parecem apresentar considerações favoráveis ao desenvolvimento adequado das crianças assistidas, sobretudo nos três primeiros anos de vida. Necessitam, contudo, de avaliação permanente, que possibilite controle e aperfeiçoamento do modelo adotado; as creches institucionais parecem apresentar condições institucionais para o desenvolvimento das crianças sobretudo a partir de três anos de idade. Necessitam, porém, de pessoal habilitado para desenvolver um programa educacional para atendimento coletivo adequado ao nível de desenvolvimento da criança*" (p. 39).

O Confronto das Diferenças — uma tentativa e alguns cuidados

Antes de examinarmos os dados em conjunto, desejamos salientar algumas observações metodológicas feitas anteriormente. As características próprias de cada experiência no que diz respeito ao atendimento da saúde, da nutrição, da educação e aos custos envolvidos nesse atendimento desaconselham qualquer comparação linear dos dados. A constatação de que uma experiência envolve maiores ou menores custos do que outra só tem significado a partir das características de cada uma delas. E essas são particulares, específicas, contém informações diferentes que devem ser apreciadas nas suas especificidades.

A rigor, os dados não são comparáveis. O confronto a que nos propomos visa facilitar uma leitura dos dados no seu conjunto e de cada uma das rubricas de custos, sem perder de vista quais os serviços oferecidos. Com esta finalidade, organizamos quadros dos custos e das características do atendimento em cada um dos aspectos constantes da matriz de análises: custos de pessoal, custos de material de consumo, com destaque para alimentação, custos de capital, serviços de terceiros e custos arcados pela família.

Apresentamos, inicialmente, as três experiências que atendem em regime de 4 horas e, a seguir, as de

¹⁸ O custo por criança/ano, Cr\$ 46.177,00 é um valor médio, já que entre as 182 crianças atendidas na creche convencional, 110 permanecem 12 horas na creche e recebem 5 refeições; 72, da Creche Casulo, permanecem 4 horas e recebem 2 refeições. Os custos são de Cr\$ 36.619,00 no primeiro caso e Cr\$ 9.558,00 no segundo.

12 horas. Pusemos, também, em destaque, o número de crianças atendidas que é, sabidamente, um fator de grande influência na determinação dos custos unitários.

Na análise do primeiro aspecto abordado, os custos de pessoal (ver Quadro I, em anexo). Distinguímos pessoal docente, técnico e administrativo. Em relação ao pessoal docente, dois fatores se destacam como determinantes básicos, o número de docentes e a qualificação profissional, com a conseqüente diferenciação salarial. Há uma disparidade grande entre esses custos que vão de Cr\$ 6.748,00 por criança/ano na Creche Casulo N. Sra. da Glória a Cr\$ 118.973,00 na Creche Convencional do Mucuripe, o que se explica pelas diferenças de recursos humanos existentes em cada uma delas.¹⁹

A substituição de professoras qualificadas por monitoras com formação de 2º grau, se, de um lado, representa um barateamento dos custos, por outro, traz, conforme vimos na maior parte das experiências, deficiências no atendimento pedagógico, exceto em um caso, onde o treinamento e a supervisão pedagógica tentam suprir a carência de formação, a Creche Casulo do Centro Social do Gama.

Quanto ao pessoal técnico, a qualificação, o número de pessoas envolvidas e o número de horas de trabalho, determinam o volume dos custos. Esse é um item mais flexível na racionalização dos custos, já que comporta limites menos rígidos do que no caso do pessoal docente, quanto ao número de sujeitos que podem ser atendidos.

Os custos de mão-de-obra técnica costumam ser bastante onerosos em vista da estrutura de empregos e remuneração vigentes. Em algumas experiências, como se pode observar são mais altos que os custos de pessoal docente. Por outro lado, sua flexibilidade permite uma melhor distribuição, não só em função do barateamento dos custos, como também para a melhoria da qualidade do atendimento. O caso a merecer um re-exame institucional cuidadoso, neste aspecto, é a Creche Comunitária do Varjão. Temos ainda a observar os custos da Creche do Gama que, embora não sejam baixos, são otimizados por sua múltipla utilização em vários programas e atividades.

De modo semelhante, as creches lares do Mucuripe representam um fator de otimização dos elementos de pessoal da creche convencional que envolvem custos bastante altos. Note-se que estas observações não visam propor uma simples redução de custos, o que já salientamos anteriormente ao apontar a qualidade do atendimento dispensado nessas instituições, mas sim, apontar possíveis distorções. Observação semelhante às relativas a pessoal técnico se pode fazer em relação aos custos administrativos. Eles indicam, basicamente, uma maior ou menor infra-estrutura de apoio, quanto ao número de pessoas, quanto à sua qualificação e quanto ao número de horas de trabalho dedicadas ao Programa. As duas experiências do PROAPE que, a rigor, são as mais comparáveis neste trabalho, exemplificam bem esta observação, conforme se pode ver no mesmo quadro.

Também em relação aos custos de pessoal, a análise dos custos de material de consumo e pequenos reparos, reflete a diferenciação do atendimento oferecido,

principalmente no tocante a alimentação e ao atendimento médico e odontológico (ver Quadro II, em anexo). Os custos de alimentação, comparativamente muito baixos em algumas experiências, revelam uma simplicidade grande no número e no tipo de alimentos oferecidos.

É possível que outros fatores como economia de escala, recursos de armazenamento, disponibilidade de estoque, modo de preparação, diferenças regionais, estejam interferindo no montante de custos e na sua diferenciação. Mas isto não nos foi possível apreender, pelas próprias condições do desenho e da execução desta pesquisa.

Salientamos apenas, que os dados são coerentes, em linhas gerais, com o atendimento oferecido. Também aqui elas refletem a variedade e abundância dos alimentos, como se pode observar comparando-se as três primeiras e as três últimas experiências, exceto as creches lares, sobre as quais já fizemos, no texto, os esclarecimentos necessários.

No Quadro III, em anexo, apresentamos as características das instalações e de sua localização e os custos de capital envolvidos em cada uma das experiências. Conforme observamos, anteriormente, são valores estimados a partir de documentos e informações locais. Alguns fatores evidenciam sua diferenciação: a valorização imobiliária e o tamanho do terreno onde distinguimos a área exclusiva do programa em foco e a área comum com outras atividades, o ano de construção, o padrão e o estado de conservação do prédio — área exclusiva e área comum — e a quantidade, a qualidade, o tempo de uso e o estado de conservação dos equipamentos.

As duas experiências que apresentam melhores instalações, a Creche do Gama e a Creche do Mucuripe (a convencional), tem significativamente, custos de capital mais elevados. A Creche Comunitária do Varjão, tem seus custos muito superiores ao esperado para uma experiência assim modesta devido à valorização do terreno e à construção recente.

Quanto aos equipamentos, os de uso médico e odontológico, encarecem sobremaneira esta rubrica, como se pode observar nos custos das duas experiências acima indicadas. No caso da Creche do Gama a qualidade, variedade e abundância de equipamentos de uso docente e administrativo contribuem também para a elevação dos custos observados.

No conjunto dos custos, os de capital são também um item bastante flexível. É possível oferecer um bom atendimento em instalações modestas, como a compra dos equipamentos pode ser criteriosa e tornar menores os custos totais. Ou pode-se recorrer à participação da comunidade para a construção do prédio, como é o caso da Creche Comunitária do Varjão e assim reduzir os custos correntes de instalações do empreendimento.

¹⁹ A conversão desses valores para o momento atual pode ser facilitada a partir do salário mínimo regional, mencionado anteriormente, que era de Cr\$ 30.620,00 em Fortaleza e Recife e de Cr\$ 34.776,00 em Brasília, e do valor do dólar que era de Cr\$ 984,00 em 31/12/83.

Quanto aos serviços de terceiros, eles são significativamente diferentes quando incluem exames de laboratório (fezes, urina, sangue), a exemplo do que ocorre onde o atendimento médico é mais completo, como na Creche do Gama e do Mucuripe. Na Creche Comunitária do Varjão, embora o atendimento incluía exames de laboratório (de fezes), não tivemos oportunidade de calcular seus custos porque são feitos por uma equipe de UnB como parte de uma pesquisa acadêmica sobre parasitologia (ver Quadro IV, em anexo).

Quanto aos custos arcados pela família eles são menores ou inexistentes nas duas instituições com mais recursos. Na Creche Comunitária do Varjão eles são mais elevados devido ao próprio modelo da Creche que prevê a contribuição regular das mães que trabalham, para a manutenção da Creche. Este é um ponto discutível, considerando-se os baixos níveis de renda da população local, conforme tivemos a oportunidade de discutir ao analisar a experiência.

Outro exercício de análise comparativa que pode ser feito é a compatibilização dos custos das experiências, levando-se em conta o número de horas de atendimento dispensado à criança. São necessários, entretanto, alguns cuidados, já que em certas rubricas a multiplicação do número de horas não supõe a multiplicação de despesas. Senão, vejamos, analisando cada uma das rubricas (ver Tabela 1, em anexo).

Em relação a pessoal docente, os custos de atendimento em 12 horas nas três primeiras experiências, que funcionam em regime de 4 horas, significaria a necessidade de triplicar o pagamento das horas de trabalho. Calculamos, assim, que, mantida a atual distribuição de pessoal docente, os custos da Creche N. Sra. da Glória seriam de, aproximadamente, Cr\$ 20.000,00 por criança/ano. O exercício não parece ter a mesma validade para as duas experiências do PROAPE, já que não estamos certos se a metodologia é adequada para um regime de 12 horas. Entretanto, se for indicado o procedimento, seu cálculo é trivial. Os custos de pessoal docente seriam de, aproximadamente, Cr\$ 30.000,00 no PROAPE Clotilde de Oliveira e em torno de Cr\$ 40.000,00 no PROAPE Maria Sampaio.

O mesmo procedimento não se justifica em relação aos custos de pessoal técnico e administrativo, que não precisam ser duplicados ou triplicados em função do número de horas de atendimento. Considerando-se as atividades técnicas e administrativas observadas nestas experiências, podemos admitir que o aumento de 4 para 12 horas de atendimento não resultaria em maiores alterações no quadro de pessoal, salvo alguma circunstância especial que aqui não visualizamos.

O mesmo procedimento pode ser previsto para despesas de consumo e pequenos reparos, exceto um possível maior desgaste nas instalações pelo seu uso intensivo. Entretanto, quanto às despesas de alimentação, a duplicação ou triplicação do número de 4 horas de atendimento, significaria o acréscimo de 2 a 4 refeições por dia — no Gama e no Varjão as crianças recebem 4 refeições por dia, na Mucuripe 5 refeições, na Creche N. Sra. da Glória 2 e no PROAPE 1 refeição.

Tendo-se por base o que é mais usual, 4 refeições,

a Creche N. Sra. da Glória teria um custo de alimentação por criança/ano no valor aproximado de Cr\$ 28.000,00. No caso do PROAPE Clotilde de Oliveira, esse cálculo soaria estranho devido à natureza da merenda PROAPE que não poderia ser oferecida quatro vezes por dia. No caso do PROAPE Maria Sampaio, conforme já observamos anteriormente, os custos de alimentação refletem a irregularidade do atendimento ocorrido nos primeiros meses do ano. Consideramos, também, supérfluo este cálculo.

A alteração de 4 para 12 horas de atendimento não implicaria, à semelhança de outras rubricas, a triplicação dos custos referentes ao capital imobilizado. Havendo salas disponíveis, a extensão do horário conduziria a uma otimização do uso das instalações.²⁰ Não havendo salas livres e sendo necessária sua construção, esse fato não envolveria, certamente, ampliação das instalações de fins técnicos e administrativos e mesmo de certas áreas para atividades recreativas. Por não termos dados sobre o valor da construção hipotética de novas salas, não se justifica aqui o exercício desses cálculos.

Quanto aos serviços de terceiros, apenas água e gás devessem sofrer acréscimos com a ampliação do regime de atendimento de 4 para 12 horas. Entretanto, certamente, os custos não seriam triplicados. Seu cálculo exigiria o exame cuidadoso de cada item e das condições de funcionamento da experiência. Pela sua natureza, os custos arcados pela família, tal como são encontrados nestas experiências, não deveriam sofrer alterações substanciais com a ampliação do número de horas de atendimento. Talvez um desgaste maior do uniforme e algum pequeno acréscimo nas despesas com material didático.

Concluindo este esforço de aproximação das experiências analisadas a partir de suas semelhanças e diferenças, assinalamos, uma vez mais, que o valor dos custos correntes e dos custos sociais globais refletem as particularidades de cada componente. Os modelos não são fechados e é sempre possível pensar em novas combinações dos fatores que atendam às necessidades relativas aos objetivos perseguidos e aos recursos disponíveis.

Passamos agora à apreciação final dos dados e de algumas idéias que consideramos fundamentais ao aprofundamento do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa salientar que não nos move aqui o objetivo de apresentar como a melhor alternativa a de menor custo, embora reconheçamos a importância desse aspecto diante da magnitude do problema e a escassez de recursos. Primeiro porque, nesta análise, freqüentemente as experiências mais caras oferecem melhor atendimento. Exceto no caso do PROAPE onde recursos modestos e qualidade de trabalho estão associados as crianças que recebem melhor atendimento estão nas unidades com maiores recursos físicos e humanos.

²⁰ Este tipo de reflexão nos remete às análises de custos e eficiência. Ver CASTRO, Cláudio de M. A Escala ótima de operações e a eficiência no uso dos fatores. In: *A Educação na América Latina*, p. 159-183.

Em segundo lugar, porque o modelo econômico do Estado brasileiro tem privilegiado os aspectos de expansão econômica em detrimento da política econômico-social que atenderia às necessidades básicas de sobrevivência, saúde e educação da grande população. A calamitosa situação da criança brasileira não é apenas fruto da escassez de recursos mas de opções políticas que privilegiam os grandes investimentos e sacrificam, particularmente, as populações de baixa renda.

O estado crônico de fome não é uma abstração. Ele faz parte do universo cotidiano das instituições investigadas. Assim, dentro do respeito aos direitos mais elementares do cidadão, a assistência social não suprime a necessidade de medidas de emprego e remuneração em níveis compatíveis com a sobrevivência, mas supre as necessidades imediatas de uma situação limite. Salientamos, assim, o trabalho social global de assistência à criança e à família que é desenvolvido pelos programas prioritários assistenciais, Gama, Mucuripe, Glória e Varjão.

A contribuição da comunidade na solução dos problemas comuns é outro aspecto que merece ser salientado. Ela se manifesta na forma de doações, como é freqüente na Ação Comunitária N. Sra. da Glória ou na forma de prestação de serviços. Na Creche Comunitária do Varjão, os pais deram a mão-de-obra da construção e continuam assumindo o ônus de sua manutenção. Nas experiências do PROAPE, as mães desempenham um papel fundamental de apoio ao trabalho da professora, permitindo assim o atendimento simultâneo a um maior número de crianças com menor custo.

Há ainda a cessão de suas casas e de sua disponibilidade de trabalho em regime intensivo por parte das mães que atuam nas creches lares — o que é diferente das mães das crianças do PROAPE que comparecem à escola uma a duas tardes por mês. Sua remuneração é irrisória e nenhum benefício social além do próprio trabalho, lhes é assegurado. Este é, talvez, o aspecto mais controverso, do ponto de vista social, das creches lares, por suas características de subemprego da mão-de-obra feminina doméstica. A alegação de que se trata de pessoas que não teriam outra ocupação remunerada não satisfaz, salvo como alternativa de aproveitamento de mão-de-obra barata por força de danosas condições de emprego e remuneração.

Um outro problema com respeito à contra-partida da comunidade ao sistema de creches lares é a provisão de alimentos para a criança durante o período com a mãe substituta. Ocorre que a carência geral de recursos para a alimentação, que leva o Estado a implementar os programas de creches e de complementação alimentar, existe de forma grave para as crianças das creches lares, tanto como para as que freqüentam a creche convencional. Não se compreende, pois, em função dos objetivos do programa, que o provimento de alimentação não seja tão substantivo quanto à própria guarda das crianças.

Se prevalecer a expansão do sistema às expensas de uma exagerada minimização dos custos, as creches lares podem se tornar uma solução formal, mas não efetiva, aos problemas que se dispõe a resolver.

Uma questão que lhe é correlata é a aparente regressividade na aplicação dos recursos nas experiências do Varjão e das creches lares. A incorporação da contribuição da comunidade na forma de prestação de serviços tem se revelado grata aos participantes, que assumem o projeto como sendo seu, e ao Estado que vê diminuído o ônus da implantação de um equipamento social.

O modelo implantado, tanto no caso da Creche Comunitária do Varjão como nas creches lares do Mucuripe, é de condições extremamente modestas o que, aparentemente, se justifica pelos reduzidos recursos de que a comunidade dispõe. É importante, contudo, atentar para o fato de que essa justificativa inverte a visão dos fatos, porque na verdade, todas as comunidades aqui observadas são muito pobres e a maior pobreza das condições de uma experiência não se explica pelas carências da comunidade, mas pelo reduzido investimento da contribuição governamental.

De certa forma, essas comunidades são penalizadas, apesar de seus poucos recursos, seja pelo que contribuem, seja pelo que não recebem. Ressalvando-se aqueles aspectos particulares já destacados no corpo do trabalho, onde o atendimento é mais completo e de boa qualidade, em síntese, isso significa tratar pobremente a pobreza.

Nesse sentido, como explicar o privilegiamento de algumas experiências? A investigação em torno de cada experiência indica que a primeira razão para esse fato são as condições históricas, os recursos disponíveis por ocasião da implantação de cada unidade. Entretanto, a distribuição atual dos recursos estaria a merecer uma revisão que conduzisse a um aprimoramento de alguns aspectos, em particular, o controle da nutrição e o atendimento educacional.

A LBA tem, prioritariamente, objetivos assistenciais. Mas, na medida em que a assistência social, no seu formato mais atual deixou de ser meramente uma ação paternalista e incorporou uma dimensão educacional que propicia o auto-desenvolvimento dos assistenciados, talvez a ação da instituição junto às diferentes creches pudesse ser revista e a educação recebesse maior atenção. Não se justifica, assim, que a creche tenha prioritariamente uma função de proteção à criança, embora, para aquelas mães tão pobres esta já seja uma grande ajuda.

Se assumida a opção de realizar uma assistência educativa por excelência, os profissionais de educação que integram os quadros técnicos da instituição, devem ser solicitados a ter uma presença mais atuante também nas creches conveniadas e comunitárias como as que foram objeto de nosso estudo.

Cabe, também, aqui, salientarmos a importância da qualificação para o magistério das pessoas em função docente. O barateamento dos custos de pessoal com a utilização de monitoras, pode estar representando um desperdício do ponto de vista dos custos econômicos, caso os recursos dispendidos não propiciem a consecução dos objetivos educacionais previstos.

Uma última questão relativa aos aspectos educativos é o atendimento pré-escolar oferecido pelas experiências do PROAPE. O ensino básico, por força dos altos níveis de evasão e repetência, representa a face mais problemática da educação brasileira. O pré-escolar,

quando não é simplificado nos moldes da chamada educação compensatória, tem representado uma resposta animadora à necessidade de preparação da criança para o êxito no processo inicial de escolarização. Neste sentido, tal como pudemos observar, o PROAPE se constitui, metodologicamente, em uma proposta exequível e eficaz de educação pré-escolar, a um baixo custo. Assim, parece-nos indicada a sua continuidade e expansão, desde que se façam presentes os cuidados que assegurem ao Programa suas características de qualidade.

Finalizando esta série de considerações, dada a magnitude do problema assistencial da criança carente e o agravamento da crise econômica nacional, nos perguntamos quais as melhores alternativas de atendimento e que critérios utilizar na sua definição. Diante de tudo que foi exposto e da consciência do problema que nos foi possível desenvolver, somos levados a concluir que a definição das melhores alternativas deve obedecer a critérios de qualidade do atendimento e de custos não necessariamente os mais baixos, mas que, pela definição dos objetivos a serem alcançados, representam uma otimização dos recursos disponíveis. Este seria o critério de distinção da melhor alternativa ou do melhor modelo quanto aos custos envolvidos. Quanto as características, o melhor modelo deve ser o que atender de forma mais completa a condições e necessidades locais.

Tendo em vista os aspectos de que nos ocupamos neste estudo, nutrição, saúde e educação, podemos salientar algumas qualidades desse atendimento tal como a identificamos nas diversas experiências: o potencial de expansão das creches lares, a propriedade meto-

dológica do PROAPE, a qualidade da ação pedagógica, da Creche do Gama, o sentido comunitário da Creche do Varjão e da Creche N. Sra. da Glória, a abrangência da ação assistencial na Creche do Mucuripe, no Centro Social do Gama e na Ação Comunitária N. Sra. da Glória, o controle nutricional e de saúde da Creche convencional e das creches lares do Mucuripe e do Gama, a otimização dos recursos técnicos nas mesmas experiências, a qualidade da alimentação nas Creches do Gama, Mucuripe e Varjão, a base de apoio que a Creche do Mucuripe constitui para as creches lares. Quanto aos custos, o maior equilíbrio, entre a consecução dos objetivos previstos e a otimização dos recursos, está nas experiências do PROAPE.

Sem ter a pretensão de ter esgotado toda a problemática do relevante trabalho levado adiante pelas instituições que foram objeto da pesquisa, finalizamos esta apresentação, sugerindo algumas medidas que nos parecem indicadas no sentido de se proporcionar melhor atendimento e otimização dos custos. Parece-nos adequado que se proceda a uma análise da utilização dos recursos técnicos envolvidos nas experiências, tendo em vista o melhor aproveitamento deste tipo de mão-de-obra que, via-de-regra, é oneroso. Recomendamos ainda um re-exame da contrapartida governamental das experiências das creches lares e comunitárias. Um último ponto, refere-se à oportunidade de uma revisão nas diretrizes de utilização de monitoras e estagiárias como responsáveis pelo trabalho docente. Parece-nos mais adequado sua substituição por professoras qualificadas e o estabelecimento de programas sérios de treinamento para as monitoras que poderiam ter função auxiliar, a exemplo do que ocorre em algumas destas experiências.

TABELA 1 – CUSTOS SOCIAIS GLOBAIS E POR PARCELAS, CRIANÇA/ANO – 1983, EXPERIÊNCIAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS		CRIANÇAS/ANO – 1983													
		N. Sra. Glória		Clotilde Oliveira		Maria Sampaio		Varjão		Gama		Creche Convencional		Creche-Lar	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
CUSTOS DE PESSOAL (A)	Docente	6.748		10.593		14.664		11.733		108.860		118.973		28.342	
	Técnico	1.737		1.332		5.437		101.676		46.763		105.958		34.818	
	Administrativo	6.348		6.633		11.360		11.631		58.750		73.940		23.345	
	TOTAL	14.833	32,2	18.558	53,1	31.461	80,0	125.090	56,8	214.373	57,5	298.872	75,0	86.505	91,4
MATERIAL DE CONSUMO E PEQUENOS REPAROS (B)	Alimentação	14.318		9.696		3.898		51.711		82.629		46.177		3.383	
	Outros gastos	6.502		269		1.070		1.712		36.439		11.746		1.958	
	TOTAL	20.820	45,2	9.965	28,5	4.968	12,6	53.423	24,2	119.068	32,0	57.923	14,5	5.341	5,6
SERVIÇOS DE TERCEIROS (C)	TOTAL	381	0,8	1.080	3,1	401	1,0	1.746	0,8	6.620	1,8	6.993	1,7	535	0,6
CUSTOS DE CAPITAL (D)	Terreno	1.505		949		123		18.767		3.218		14.505		250	
	Prédio	4.422		1.444		818		4.990		25.340		18.161		1.578	
	Equipamentos	223		86		426		1.061		3.546		2.207		482	
	TOTAL	6.150	13,3	2.479	7,1	1.367	3,5	24.818	11,3	32.104	8,6	34.873	8,8	2.310	2,4
CUSTOS ARCADOS PELA FAMÍLIA (E)	TOTAL	3.848	8,3	2.847	8,2	1.150	2,9	15.211	6,9	534	0,1	—	—	—	—
CUSTOS CORRENTES (A + B + C)	TOTAL	36.034	79,0	29.603	84,7	36.830	93,6	180.259	81,8	340.061	91,3	363.788	91,2	92.381	97,6
CUSTOS SOCIAIS GLOBAIS (A + B + C + D + E)	TOTAL	46.032	100,0	34.929	100,0	39.347	100,0	220.288	100,0	372.699	100,0	398.661	100,0	94.691	100,0
Nº DE CRIANÇAS ATENDIDAS		240		214		170		71		176		182		460	
Nº DE HORAS DE ATENDIMENTO		4		4		4		12		12		12		12	
Nº DE REFEIÇÕES OFERECIDAS		2		1		1		4		4		5		...	

Fonte: Pesquisa UNICEF/CNRH, 1983
... dado desconhecido

QUADRO I - CUSTOS DE PESSOAL

UNIDADE	Nº DE HORAS	Nº DE CRI.	DOCENTE		TÉCNICO			ADMINISTRATIVO		TOTAL CR\$ CRIANÇA/ ANO		
			Nº DE PES-SOAS	QUALIFI-CAÇÃO***	CR\$ CRIANÇA/ ANO	Nº DE PES-SOAS	QUALIFI-CAÇÃO***	CR\$ CRIANÇA/ ANO	QUALIFI-CAÇÃO***		CR\$ CRIANÇA/ ANO	
1. N. Sra. Glória Creche CASULO	4	240	3	Monitoras (2º grau)	6.748	2	Téc. (2º grau) Ass. Social	1.737	4	Diretora, Secretária, Cozinheira, Faxineira	6.348	14.833
2. Clotilde de Oliveira PROAPE	4	214	2 4*	Professoras habilitadas Mães colaboradoras	10.593	2	Pediatras	1.332	4	Diretora, Vice-Diretora, Secretária, Aux. Secretária	6.633	18.558
3. Maria Sampaio PROAPE	4	170	2 3*	Prof. habilit. (Niv. Superior) Mães colaboradoras.	14.664	2	Pediatras	5.437	1	Administrador, Vice-Administrad. Secretária, vigia, merendeira, Aux. serviços gerais	11.360	31.461
4. Varjão Creche COMUNITÁRIA	12	71	20	Estagiários (2º grau)	11.733	3	Ass. Social, Médico, Pediatra	101.676	2	Cozinheira, Lavadeira	11.631	125.090
5. Gama Creche CASULO	12	176	20 20	Monitoras, Recreadoras, Estagiários (2º grau)	108.860	7	Ass. Social, Méd. Dentista, Aux. enfermagem, Aten., As. Social Estag. Nutric.	46.763	13	Adm/Ped., Secret., Atend., cozinhei, Lavad., faxineira, Vigia, porteiro	58.750	214.373
6. Mucuripe Creche CONVENCIONAL	12	182**	6 15	Prof. habilit. Assistentes/ Menor (babás) (1º grau)	118.973	16	Ass. Social Méd. Dentista Ped., Econ., Dom. (Nut.) Atend. Enfer. Bolsistas (As. Soc./Nut.)	105.958	19	Diretor, coorden, gerente, secretar., motorista, lactar., cozinheira, lavadeira, costureira	73.940	298.872
Creche LARES	12	460	6 200	Estag. (Sup. Inc) Mães Subst.	28.342			34.818			23.345	86.505

Fonte: Pesquisa UNICEF/CNHRH, 1983

* Nº Médico

** Inclui 72 crianças de 4 horas (CASULO)

*** Dedicam-se a esta e a outras responsabilidades; poucas horas semanais ou quinzenais; tempo variável conforme a função.

QUADRO II – CUSTO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEQUENOS REPAROS

UNIDADE	Nº DE HORAS/ ATEND.	NÚMERO DE CRIANÇAS	Nº DE REFEIÇ.	ALIMENTAÇÃO	CR\$ CRIANÇA/ ANO	OUTROS GASTOS	CR\$ CRIANÇA/ ANO	TOTAL CR\$ CRIANÇA/ANO
1. N. Sra. da Glória Creche CASULO	4	240	2	Modesta – um ou dois tipos de alimentos, pouca carne.	14.318	Limpeza, expediente, uniforme, pequenos reparos.	6.502	20.820
2. Clotilde de Oliveira PROAPE	4	214	1	Merenda PROAPE – leite, pão enriquecido c/margarina ou goiabada.	9.696	Limpeza, pequenos reparos.	269	9.965
3. Maria Sampaio PROAPE	4	170	1	Merenda escolar – modesta, um ou dois tipos de alimentos.	3.898	Limpeza, expediente, didático, pequenos reparos.	1.070	4.968
4. Varjão Creche COMUNITÁRIA	12	71	4	Boa e abundante – alimentos variados, carne ou galinha diariamente, suco, sobremesa.	51.711	Limpeza, berçário, pequenos reparos.	1.712	53.423
5. Gama Creche CASULO	12	176	4	Boa e abundante – alimentos variados, carne ou galinha diariamente, suco, sobremesa.	82.629	Limpeza, berçário, expediente, pequenos reparos, material médico e odontológico.	36.439	119.068
6. Mucuripe Creche CONVENCIONAL	12	186*	5	Boa e abundante – alimentos variados.	46.177*	Limpeza, expediente, didático, pequenos reparos, mat. médico e odontológico.	11.746	57.923
Creches LARES	12	460	**	Reforçada para as crianças em recuperação nutricional.	3.383	Idem (relativos à base, creche convencional).	1.938	5.341

Fonte: Pesquisa UNICEF/CNRH, 1983

* Inclui 110 crianças de 12 horas (FEBEMCE) e 72 crianças de 4 horas (CASULO); Cr\$ 46.177,00 é um valor médio, sendo os custos da primeira Cr\$ 36.619,00 por criança/ano e Cr\$ 9.558,00 os custos da segunda.

** Desconhecido para as crianças nos lares e variável para as crianças em recuperação nutricional.

QUADRO III - CUSTOS DE CAPITAL

UNIDADE	Nº DE HORAS/ ATEND.	Nº DE CRIANÇAS	TERRENO		CR\$ CRIAÇÃO/ ANO	ANO DE CONSTRUÇÃO	PREDIO		EQUIPAMENTOS		TOTAL CR\$ CRIAÇÃO/ ANO
			ÁREA DA CRECHE * m ²	ÁREA DA CRECHE ** m ²			ÁREA DA CRECHE * m ²	ÁREA DA CRECHE ** m ²	DESCRIÇÃO	CR\$ CRIAÇÃO/ ANO	
1. N. Sra. da Glória Creche CASULO	4	240	322.1 Bairro de padrão modesto	258.7	1.505	Começou em 1973	250.0 Modesto, de conservação regular	258.7	Modestos e desgastados	223	6.150
2. Clotilde de Oliveira PROAPE	4	214	387.2 Bairro popular	734.8	949	1965	53.5 Modesto, de conservação regular.	211.1	Poucos e modestos	86	2.479
3. Maria Sampaio PROAPE	4	176	— Periferia urbana	723.0	123	1966	— Modesto, de conservação regular.	423.0	De boa qualidade e em boa quantidade	426	1.367
4. Varjão Creche COMUNITÁRIA	12	71	1066 Grande valorização imobiliária	—	18.767	1983	96.0 Modesto, de madeira	—	Poucos e modestos Inclui 2 balanças de uso médico	1.061	24.818
5. Gama Creche CASULO	12	176	1490.3 Bairro industrial	427.0	3.218	Doado em 1965; adaptado 1976	518.7 De boa qualidade e bem conservado	382.5	Abundante e de boa qualidade. Inclui gab. méd. e odontológico.	3.546	32.104
6. Mucuripe Creche CONVENCIONAL	12	182	3820.0 Favela em região valorizada	179.5	14.505	1978	567.2 De boa qualidade e bem conservado	143.0	De boa qualidade Inclui gabinete médico e odontológico	2.207	34.873
CRECHES LARES***	12	460	—	179.5	250		—	143.0	Inclui apenas os de uso comum (administrativo, médico e odontológico)	482	2.310

Fonte: Pesquisa UNICEF/CNRH, 1983

* Área exclusiva da Creche.

** Área de uso comum da creche e de outros programas e atividades.

*** Não inclui os lares, apenas a área comum com a base creche convencional.

QUADRO IV – CUSTOS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E CUSTOS ARCADOS PELA FAMÍLIA

UNIDADE	Nº DE HORAS ATEND.	NÚMERO DE CRIANÇAS	SERVIÇOS DE TERCEIROS		CUSTOS ARCADOS PELA FAMÍLIA	
			DESCRIÇÃO	CR\$ CRIANÇA/ANO	DESCRIÇÃO	CR\$ CRIANÇA/ANO
1. N. Sra. Glória Creche CASULO	4	240	Água, luz, gás e telefone.	381	Uniforme, material didático e taxa mensal.	3.848
2. Clotilde de Oliveira PROAPE	4	214	Água, luz, gás e telefone.	1.080	Uniforme.	2.847
3. Maria Sampaio PROAPE	4	170	Água, luz e gás.	401	Uniforme.	1.150
4. Varião Creche COMUNITÁRIA	12	71	Água e gás.	1.746	Taxa mensal.	15.211
5. Gama Creche CASULO	12	176	Água, luz, gás, telefone e exames/laboratório.	6.620	Taxa mensal.	534
6. Mucuripe Creche Convencional Creche LARES	12	182	Água, luz, gás, telefone e exames/laboratório.	6.993	—	—
	12	460	Água, luz, gás, telefone e exames/laboratório.*	535	Alimentação **	**

Fonte: UNICEF/CNRH, 1983

* Despesas relativas à área comum com a creche convencional.

** Dado desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Alzêmira M. de et alii. *Propostas para atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade*. UNICEF/MPAS, 1982.
- BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo, UNICEF/Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Cláudio de M. *Memo técnico nº 1*. Rio de Janeiro, Programa ECIEL, s/d.
- _____. *Ensino técnico*. desempenho e custos. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- _____. et alii. *A educação na América Latina: estudo comparativo de custos e eficiência*. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1980.
- Creche. *Cadernos de Pesquisa* (43 Supl.) nov. 1983
- FEBEMCE. Projeto de Assistência Elementar para Menores Carentes da periferia urbana. Diretoria Técnica, 1983. mimeo.
- FIBGE/UNICEF. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. aspectos nutricionais 1974-75. Rio de Janeiro, 1982.
- FUNDAÇÃO de Serviço Social do Distrito Federal, Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia. *Caracterização geral*, s/d.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro - Zahar, 1978.
- GDF. Governo do Distrito Federal. FSS. Fundação de Serviço Social do Distrito Federal. Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia. *Caracterização Geral*. s/d. mimeo.
- INDICES Econômicos. *Conjuntura Econômica* (7), 1983.
- IOB. Depreciação do Ativo Imobilizado. *IGB*. Boletim 7/77.
- KURCINSKI, Bernardo et alii. Desnutrição. *Ciência Hoje*, 1 (15): 55-80, mar/abr de 1983.
- MAMED, Márcia M. et alii. *Avaliação do desenvolvimento de pré-escolares: utilização da escala de desenvolvimento Heloisa Marinho*. Brasília, GDF/SSS/FSS/Convênio FSS/OMPE-Brasília/Brasília - 1983.
- MARQUES, Evair A. et alii. *Custos sociais de experiências alternativas a "meninos-de-rua"*. Rio de Janeiro, UNICEF/FUNABEM-MPAS-1983.
- MEC/SEEC. *Sinopse estatística da educação pré-escolar*, 1980.
- MOLDAU, Juan et alii. coord. *Relatório de avaliação do programa global de nutrição Brasil/BIRD*. FIPE, 1982.
- MOTA, Fátima e BRANCO, Alessandra C. *Levantamento das condições domiciliares de saúde e alimentação das mães substitutas*. Fortaleza, FEBEMCE, 1982.
- MPAS/LBA/SDF. *Normas de funcionamento de Creches Comunitárias*. MPAS/LBA/SDF, s/d. mimeo.
- OSTERNE, Maria do Socorro et alii. Creche Lar Fortaleza, 81. Fortaleza, FEBEMCE/DT, 17 de novembro de 1981. mimeo.
- PREFEITURA da Cidade de RECIFE. PCR/URB. Programa PROMORAR-BNH. *Levantamento Sócio-econômico do Alto da Favela - Recife, PE*. Recife, PCR/SPU/URB, abril 1981. Relatório Final.
- PRIMON, Frei Cirino. Relatório de Atividades 1982. Ceilândia, Ação Social N. Sra. de Fátima. mimeo.
- PROAPA. Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza. CEPSE. Coordenadoria de Estudos e Projetos Sócio-Econômicos. *PROMORAR - Santa Terezinha II*. Fortaleza, PROAFA-CEPSE, 1982. Cap I. mimeo.
- SE/PE-DES. Relatório sobre o projeto de atendimento pré-escolar - PROAPE. Exercício 1976-1982. SE/PE-DES, maio de 1983. mimeo.
- SPISSIRITS, Maria Nelma da C. Palestra para a Escola Superior de Guerra. PROAFA/Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza. Coordenadoria de Estudos e Projetos Sócio-Econômicos, junho/83. mimeo.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica: Investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980.